



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638630 - SP (2021/0001426-4)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : VANESSA BOIATI - SP207765
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ALEXSANDRA ALEXANDRE NAZARIO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ALEXSANDRA ALEXANDRE NAZARIO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado de Execução Penal n. 0018210-51.2020.8.26.0050).

A impetrante alega que o Tribunal *a quo* "cassou a decisão que deferiu o LC recomendando que deveria haver prévia passagem pelo regime intermediário" (fl. 4).

Afirma que "o livramento condicional é benefício em vigor constante no Código Penal e na Lei de Execução Penal, que deve ser aplicado em seus exatos termos", sem condicioná-lo ao cumprimento de requisitos que não estejam na legislação (fl. 5).

Sustenta que, "para a reinserção social, o sentenciado precisa deixar o regime de total restrição da liberdade, sendo que o livramento condicional contribuirá para tal objetivo" (fl. 6).

Requer, liminarmente, o deferimento do livramento condicional à paciente. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a liminar requerida.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente